

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 525.037 - SP (2019/0228077-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**REQUERENTE** : DANIELLA BRITO DE VASCONCELLOS  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADA** : MARIA VICTORIA DE BARROS CAMPOS - SP311426  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração requerido em favor de DANIELLA BRITO DE VASCONCELOS contra decisão de minha relatoria, em que indeferi o pedido de liminar no presente *habeas corpus* (fls. 58/60).

Na presente petição, afirma a existência de ilegalidade na determinação de imediata expedição de mandado de prisão, especialmente se considerada a recente mudança de entendimento do Supremo Tribunal Federal no tocante à possibilidade de execução provisória da pena.

Requer a reconsideração do mencionado *decisum* para deferir a liminar.

É o relatório.

Decido.

O pedido deve ser deferido.

No caso, mesmo em juízo perfunctório, é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado, bem como a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

O Supremo Tribunal Federal reviu anterior posicionamento e rejeitou a possibilidade de imediato início do cumprimento provisório da pena após o exaurimento das instâncias ordinárias. Em que pese os recursos especial e extraordinário serem desprovidos de efeito suspensivo, a restrição da liberdade do réu antes do trânsito em julgado da condenação implica em violação ao princípio da não culpabilidade. O *decisum* foi assim resumido:

*Decisão: O Tribunal, por maioria, nos termos e limites dos*

*votos proferidos, julgou procedente a ação para assentar a constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal, na redação dada pela Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, vencidos o Ministro Edson Fachin, que julgava improcedente a ação, e os Ministros Alexandre de Moraes, Roberto Barroso, Luiz Fux e Cármen Lúcia, que julgavam parcialmente procedente para dar interpretação conforme. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 07.11.2019.*

A Corte de origem, seguindo anterior entendimento da Suprema Corte, determinou a expedição de mandado de prisão após o esgotamento dos recursos de segundo grau de jurisdição. Vê-se que, ao tempo de sua análise, o Tribunal estadual proferiu decisão de acordo com o entendimento jurisprudencial vigente. O mesmo se aplica ao momento de análise da liminar de fls. 58/60.

Contudo, com o posterior julgamento de mérito das ADCs 43, 44 e 54, em 7/11/2019, o Supremo Tribunal Federal ressaltou que a decisão não implica na soltura imediata de todos aqueles que foram custodiados após o julgamento em segunda instância, sem que tivesse ocorrido o trânsito em julgado da condenação. Restou consignado que a situação de cada encarcerado deveria ser analisada caso a caso, podendo ser mantida na hipótese de ter o acusado respondido preso à ação penal em razão da presença dos requisitos ensejadores da prisão cautelar, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

No presente, tem-se que a paciente respondeu ao processo em prisão domiciliar, sendo determinado, pela sentença monocrática, a expedição ad alvará de soltura, concedendo o direito de apelar em liberdade, com expedição de mandado de prisão somente após o trânsito em julgado.

Em consulta ao *site* da Corte de origem, verificou-se, ainda, que a condenação ainda não transitou em julgado.

Ante o exposto, **reconsidero a decisão anterior e defiro a liminar** apenas para assegurar à paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento definitivo da presente impetração ou o trânsito em julgado da condenação, o que ocorrer primeiro.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao Juízo de primeiro grau para adoção das medidas cabíveis. Na ocasião, solicitem-lhes as informações pertinentes.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator